

"Fora da democracia não há salvação"

É o seguinte o pronunciamento do Presidente Figueiredo:

"Brasileiros,

A Nação começa, nestes dias, a viver momentos decisivos para a consolidação definitiva do regime democrático em nosso país.

Realizamos, há cerca de um mês, as convenções partidárias que consagraram os nomes dos candidatos à sucessão presidencial.

Assistimos agora ao desenvolvimento das campanhas que buscamos conquistar, em 15 de janeiro de 85, a maioria de votos no Colégio Eleitoral.

A democracia é regime que exige alto sentido de desprendimento. Desprendimento para conter ambições pessoais. Desprendimento para submeter as próprias aspirações políticas aos interesses maiores do partido. Desprendimento para colocar os objetivos nacionais acima das paixões individuais e dos interesses regionais. Desprendimento para conter divergências e respeitar a vontade da maioria, quer no plano partidário, quer em âmbito nacional.

Nas eleições de 1982, cumprimos rigorosamente esses postulados. Em eleições livres e democráticas foram disputados os cargos políticos em todos os níveis. Garanti, em todo o país, nos termos da Constituição e da Lei, a mais ampla liberdade de manifestação popular em comícios e através dos meios de comunicação. Encerradas as apurações, todos respeitamos, com desprendimento, os resultados das urnas.

Empossados os eleitos, observamos o princípio fundamental da democracia: o acatamento da vontade soberana do povo expressa na decisão da maioria.

Os representantes que os brasileiros elegemos em 1982 se reunirão, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 85. Escolherão livre e soberanamente, nos termos daqueles mesmos postulados democráticos, o meu sucessor na Presidência da República.

Assim como assegurei a posse dos eleitos em 1982, garantirei o direito de voto no Colégio Eleitoral, livre de pressões e de constrangimentos ilegais. Estou certo de que os membros do Colégio Eleitoral decidirão, com base nas idéias, nas metas, nas plataformas, nos programas, enfim, defendidos pelos candidatos.

A Nação espera e o Colégio Eleitoral necessita que o debate sucessório se concentre no exame da formulação e da defesa, por parte de cada candidato, de suas idéias, de suas metas, de suas plataformas de Governo.

Os membros do Colégio Eleitoral decidirão, repito, com base nas idéias e nas plataformas dos candidatos. Conhecendo-as, todos os brasileiros julgaremos o acerto de sua decisão.

Abstive-me de exercer qualquer tipo de pressão, dentro do meu partido, em favor deste ou daquele candidato à Presidência da República. Deixei que o jogo político se desenvolvesse livremente no âmbito partidário para escolha deste ou daquele pretendente à minha sucessão. Recusei-me a indicar um nome para ser submetido à Convenção, evitando transformar-me, como era da vontade de muitos, em eleitor privilegiado.

Guardei estrita neutralidade em face da disputa na Convenção, disposto a aceitar sua deliberação, qualquer que ela fosse. Procedi pois com inteira isenção em face dos concorrentes que disputavam a preferência dos convencionais.

Manifestada, contudo, a vontade da maioria, exigia o princípio democrático que me curvasse ao veredicto das urnas. A opção pelo nome ungido da vontade majoritária, portanto, não foi minha: foi do meu partido.

O apoio que me cumpre prestar ao Deputado Paulo Maluf traduz observância de princípio ético, imanente à vida política.

Estamos em época de crise, em período de mudança. Ninguém ignora que a crise é mundial. Estou certo de que a democracia é o processo pelo qual temos que resolver os nossos problemas. Fora da democracia não há salvação. O compromisso que assumimos com o sistema democrático na sua plenitude exige intransigência no seu aperfeiçoamento, que só se alcançará pela racionalidade dos métodos e a pureza dos princípios.

Coerente com esses valores, todos são testemunhas de que, durante meu Governo e em especial durante a campanha eleitoral de 1982, procurei sempre arregimentar apoios e consolidar vínculos somente com base na identidade de convicções, na coincidência de propósitos políticos e na defesa comum de princípios democráticos e sociais, de Governo e de convivência, em que acredito.

Sempre cobrei, de correligionários, a mesma lealdade que lhes devoto.

Sempre esperei, de adversários, o mesmo respeito com que os trato.

Lealdade e respeito são virtudes que me impo-
no e que desejo ver implantadas na vida pública do meu país.

Quando estiveram em jogo questões de importância política fundamental para meu partido e para meu Governo, em nenhum momento cogitei de organizar grupos de pressão ou de fomentar movimentos de massa para coagir qualquer instituição em sua liberdade de deliberação.

Desde a aprovação do projeto de anistia, defendi e segui a linha de conciliação, repelindo os extremismos e condenando os radicais.

Por tudo isso, recuso-me a assistir impassível à preocupante e recente ameaça de ruptura dessas normas de comportamento político.

Condeno o emprego maciço, flagrante e abusivo, de recursos estaduais na promoção de comícios que têm o propósito deliberado de coagir o Colégio Eleitoral, como no processo que culminou no recente comício de Goiânia.

A presença acintosa, nessas reuniões políticas, de organizações clandestinas, defensoras de ideologias repudiadas pelo nosso sistema legal, constitui infração da ordem constitucional, que não podemos admitir.

Deslustra e degrada os nossos costumes e os nossos foros de país civilizado o desrespeito demagogico à pessoa dos governantes. A crítica, que se lhes faça, tem limite nas regras de polidez e cortesia. Fora disso, mais do que as pessoas atingidas, sofrem as instituições, subverte-se o princípio de autoridade, perturba-se a normalidade do convívio democrático. Estou certo de que interpreto o sentimento da imensa maioria dos brasileiros ao rejeitar essa escalada negativista.

Desejo ver a campanha da sucessão presidencial incorporar, no método e no conteúdo, elementos que a convertam em fator de fortalecimento e de estabilidade das instituições democráticas. O momento é de construir futuro descomprometido com práticas políticas ultrapassadas.

Conclamo todos os cidadãos, e em especial os que detêm responsabilidades, seja na formulação, seja na divulgação e defesa das campanhas partidárias, a que obedeam a esse compromisso com a ordem pública de nossa Pátria.

Estarão colaborando assim para que se cumpra, com tranqüilidade, o rito constitucional. Estarão colaborando para que se complete, de forma pacífica e ordeira, o projeto de abertura que jurei levar a termo."